

Senado recebe sugestões à nova Carta

BRASÍLIA — Quando a Assembleia Nacional Constituinte se reunir em 1º de fevereiro terá à sua disposição pelo menos um projeto de Constituição sobre o qual se debruçar para começar seus trabalhos: a proposta da Comissão de Estudos Constitucionais — a "Comissão Arinos". Mas poderá consultar também a opinião de centenas de brasileiros que desde março estão enviando suas sugestões à futura Constituição, dentro do convênio "O Cidadão e a Constituinte", das Organizações Globo com o Senado, através do Prodasen (Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado).

Por enquanto são 70 mil sugestões enviadas através dos cinco milhões de formulários distribuídos por todo o País por Prefeituras, Câmaras de Vereadores, Governos Estaduais, Assembleias Legislativas e agências do Correio, mas esse número deverá ser triplicado ou mesmo quintuplicado, segundo estimativas do Prodasen, porque os questionários, em breve, serão distribuídos em agências bancárias, com o lançamento de mais cinco milhões de formulários.

Através das contribuições encaminhadas ao Prodasen é possível traçar um perfil do cidadão brasileiro preocupado com a futura Constituição.



Elogios ao Plano Cruzado, pedidos e algumas críticas

BRASÍLIA — "Senhor Sarney: a nova Constituição que o senhor destinou para todos os brasileiros foi ótima. Apesar de eu ser de menor e não ter despesa para pagar, o congelamento de preço foi bom. Mas seria melhor que além do congelamento de preço dos alimentos houvesse uma maneira mais prática de encontrar emprego. Ou seja: mais indústrias, supermercados, escolas. Apesar de haver mais, as firmas locais estão lotadas e não há mais vagas". (J.R.G.S., solteiro, primeiro grau incompleto, morador do Recife).

Essa carta é uma das muitas comunicações diretas feitas por cidadãos ao Presidente da República, que estão sendo analisadas e tabuladas pelo Prodasen, e mostra que muita gente ainda não sabe exatamente

o que significa uma Assembleia Nacional Constituinte.

Nem sempre as cartas são escritas em tom pessoal, por gente que pede ajuda, emprego, ou até uma bicicleta para um filho, como fez, numa carta destinada ao Presidente Sarney, J.S.T., do Município de Cordeirópolis, São Paulo, mãe de garoto S.L.T., de 14 anos (a bicicleta seria usada para ele se locomover até a Prefeitura, onde trabalha). Muitos enviam sugestões claras, objetivas e fundamentadas para a futura Constituição. E há aqueles que, nesse ímpeto, exageram.

Os integrantes do Congresso, são fustigados por receber jetons considerados indevidos e criticados pelo esvaziamento do Legislativo.

Escalada da violência, a preocupação dominante

A preocupação com a atual escalada da violência no País, em especial nos grandes centros urbanos, se reflete nas sugestões enviadas por pessoas dos mais remotos recantos do País, nos quase 30 mil dos 70 mil questionários já tabulados pelo projeto Constituição do Prodasen.

Até mesmo crianças se manifestam sobre a violência urbana e uma delas, N.F.J., uma menina entre 10 e 14 anos, do interior de São Paulo, 1º grau incompleto, assim escreveu para o "Projeto Constituição — a voz do cidadão": "Eu gostaria que os crimes parassem. Acho que isso poderia acontecer se a maioria desses marginais e até mesmo 'filhinhos do papai' fossem presos e realmente punidos, pois nada disso está acontecendo e, por isso, seguem-se os crimes".

A violência urbana chegou a chamar a atenção de um dos funcionários do Prodasen, Eunice Varela, que considerou espantoso que da remota cidade de Nova Glória, no interior de Goiás, tenham chegado 67 sugestões, de diferentes pessoas e em datas diversas, preocupadas com a violência e pregando a pena de morte como solução para os crimes violentos e os estupros.

Um crime pavoroso deve ter ocorrido ali para motivar essa reação — interpreta ela.

Mas não só a violência vem preocupando o cidadão médio brasileiro que se comunica com mais este canal em relação à Assembleia Nacional Constituinte: um levantamento efetuado pelo GLOBO revela que a preocupação com a violência e com a pena de morte soma 1.814 questionários ou cartas, entre as 26.767 já tabuladas; o salário é motivo de 9.073 cartas; os direitos do cidadão são comentados em 921 correspondências; o mandato presidencial é objeto de sugestões em 279 cartas.

V.S.C., entre 40 e 49 anos, casada, moradora da área rural, ganhando mais de três salários-mínimos, demonstrou sua preocupação

com o emprego para os: "Por que um jovem encontra tanta dificuldade para arranjar um emprego? Seria interessante se o Governo desse maior atenção aos jovens (...) deveria ser de lei que um pai ou uma mãe, ao chegar seu momento de se aposentar no serviço público pudesse ceder seu lugar ao seu filho. Por que isso não é possível no nosso País?".

Há preocupação, também, com temas que vêm sendo discutidos no Congresso, como a proibição definitiva da caça às baleias (que o Senado não votou no seu último esforço concentrado, devido à pressão dos três Senadores paraibanos), como também diferentes opiniões sobre a reforma agrária. C.M.S., solteira, da área rural, superior incompleto, entre 20 e 24 anos, recebendo até um salário-mínimo, denuncia que o Governo muitas vezes tira as terras de quem produz para doar a quem não sabe produzir.

Opinião oposta tem M.J.V., solteiro, da área urbana, 1º grau completo, entre 15 e 19 anos, ganhando até um salário mínimo como funcionário público: "Tantas terras no Brasil sem cultivo, abandonadas, por que não deixar os 'sem-terra' trabalhar nelas? É só fazer um acordo com os fazendeiros: metade do cultivo para os 'sem terra' e metade para os fazendeiros. É fácil resolver os problemas do nosso Brasil".

Sugestões ou opiniões como estas se tornarão mais claras numa segunda etapa do trabalho do projeto, quando for concluída a indexação dos 70 mil questionários por assunto, etapa que está sendo iniciada e que estará concluída em menos de um mês pelo Prodasen. Outra etapa, também a ser implantada, será a distribuição de mais cinco milhões de questionários à população, através da rede bancária e uma outra parte que pretende provocar as respostas de entidades de classe organizadas (sindicatos, cooperativas, associações, federações, confederações etc.).